

política

RS buscará reverter vetos de Lula ao Propag

Palácio Piratini vê com insegurança vetos presidenciais e teme perda de garantias já conquistadas pelo Estado

/ CONTAS PÚBLICAS

Bolívar Cavalari

bolivarc@jcrs.com.br

O governo do Rio Grande do Sul irá articular no Congresso Nacional para que sejam derrubados os vetos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) ao Programa de Pleno Pagamento de Dívidas dos Estados (Propag), que foram alvos de críticas de governadores dos estados com maiores aportes de dívidas com a União e, entre eles, o gaúcho Eduardo Leite (PSDB).

A secretária da Fazenda, Pricilla Santana, e o chefe da Casa Civil, Artur Lemos, compareceram à Assembleia Legislativa, nesta terça-feira, para apresentar a líderes de bancadas a atual posição do Executivo sobre o Propag. Conforme Pricilla, o encontro teve como objetivo sensibilizar os parlamentares para agilizar maiores esforços para a derrubada dos vetos de Lula.

A principal preocupação do Piratini se dá em razão de o Estado estar excepcionalizado no pagamento da dívida com a União por dois fatores: a adesão do RS ao Regime de Recuperação Fiscal (RRF), em 2022, e a medida do governo federal que suspendeu a dívida por 36 meses, sancionada após a catástrofe climática das cheias de maio passado. Portanto, há o receio de que, no caso do ingresso ao Propag, haja prejuízo aos cofres gaúchos no curto prazo. Hoje, a dívida do RS com a União é

superior a R\$ 100 bilhões.

“Ninguém tem dúvidas que no médio e no longo prazo o Propag é uma ferramenta importante. Mas a gente tem uma condição muito especial, que é a Lei Complementar 206 (de suspensão da dívida por 36 meses), que hoje já nos libera de qualquer pagamento”, pontuou.

O Propag disponibiliza aos estados devedores uma série de possibilidades para mudar a forma de aplicação dos juros das dívidas. Atualmente, a taxa é definida pelo IPCA mais 4% ao ano. Com o programa, os estados passariam a pagar o IPCA mais uma faixa que pode ser de até 2% ao ano, cujos recursos seriam repassados ao Fundo de Equalização Federativa (FEF), a ser criado a partir da implementação do Propag, e que busca compensar os estados não endividados. O RS tem até 31 de dezembro de 2025 para decidir se adere ou não ao Propag.

A dúvida do Piratini, portanto, é se o RS precisará destinar os recursos a este fundo enquanto está excepcionalizado pela suspensão da dívida. O governo gaúcho enviou ao Planalto, em janeiro, um ofício com questionamentos. Entre eles, se o RS precisará pagar os valores do FEF, mesmo que esteja em uma situação extraordinária, devido às cheias de 2024.

Entre os vetos, consta um trecho que garantia a manutenção da medida que permitiu ao RS não pagar a dívida até abril de 2027, quando fecham os 36 meses desde a calamidade.



FELIPE DALLA VALLE/DIVULGAÇÃO/JC

Secretários estaduais se reuniram com líderes de bancadas da Assembleia para apresentar a posição do governo

Os próximos passos do Piratini

Conforme a secretária estadual da Fazenda, Pricilla Santana, há dois possíveis caminhos que o governo Rio Grande do Sul deve seguir para garantir a excepcionalidade da suspensão da dívida com a União. “A gente tem duas soluções: se os vetos caírem, fica muito evidente que a gente tem todas as condições para fazer a adesão; se os vetos não caírem, é tentar pedir que eles vão resolver esta questão via decreto”, afirmou. Neste sentido, a secretária

aposta em sensibilizar a sociedade gaúcha, a iniciar pelas bancadas dos parlamentos estadual e federal, para que o governo federal garanta, no vigor da lei, a manutenção das medidas aplicadas ao Rio Grande do Sul. Outro ponto que leva Pricilla a acreditar na reversão dos vetos de Lula ao Propag é que o atual presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União), foi relator do programa aprovado no

Congresso Nacional, e pode ser um aliado nas tratativas de derrubar as negativas do governo federal. A titular da Fazenda também disse que o Piratini articulou com o presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos), que o debate sobre o Propag será a prioridade no Parlamento após encerradas as questões envolvendo o orçamento de 2025, em que a sua votação vem sendo adiada há tempos.

Governo federal ainda não respondeu ofício do Estado

O governo do RS encaminhou ao Planalto, em janeiro deste ano, um ofício com dúvidas sobre o Programa de Pleno Pagamento de Dívidas dos Estados (Propag), mas, até esta quinta-feira, o Piratini não recebeu um retorno. O documento enviado continha perguntas sobre os vetos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) ao projeto aprovado no Congresso Nacional.

A principal preocupação do go-

verno gaúcho é se serão mantidos os dispositivos alcançados pelo Estado tanto na adesão ao Regime de Recuperação Fiscal (RRF), ao qual o Estado faz parte desde 2022, quanto na suspensão do pagamento da dívida até abril de 2027, em medida tomada pelo Planalto após as cheias de maio de 2024 deixarem boa parte do RS debaixo d'água.

O Propag é uma medida para mudar a forma de aplicação das

dívidas dos estados com a União. Conforme a secretária da Fazenda do RS, Pricilla Santana, o Estado irá aderir ao programa assim que obter garantia jurídica, no vigor da lei, de que as medidas excepcionais sejam mantidas. Atualmente a dívida do Rio Grande do Sul com a União ultrapassa os R\$ 100 bilhões, e o governo gaúcho tem até 31 de dezembro de 2025 para decidir se adere ou não ao Propag.

solidação do saldo do aludido contrato, de forma a garantir a correta formação do saldo devedor para cumprir o disposto no art. 2º da LC nº 206/2024, ou por outro meio?

3| Serão mantidas todas as condições do Regime de Recuperação Fiscal nesse período de suspensão do pagamento da dívida?

Três perguntas do governo gaúcho ao Planalto

1| Haverá a dispensa de aportes ao Fundo de Equalização Fiscal durante o período de postergação dos pagamentos das dívidas com a União com fundamento na Lei Complementar nº 206/2024 (de suspensão da dívida do RS até abril de 2027, após as enchentes que atingiram o Estado em maio de 2024)?

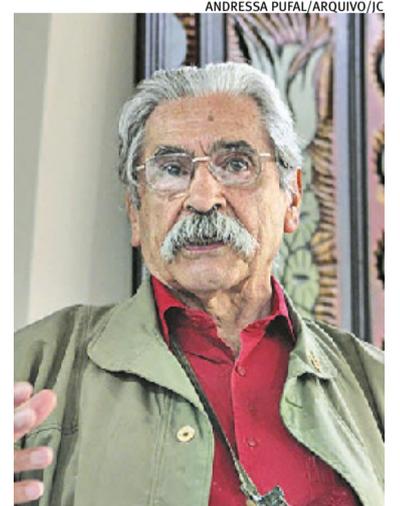
2| Serão mantidas as prerrogativas previstas nos arts. 9º e 9º-A da LC nº 159/2017, durante o período de postergação dos pagamentos das dívidas com a União? Em caso de resposta afirmativa, isso ocorrerá por meio da manutenção do Contrato nº 330/2022/Cafin, da postergação do momento da con-

Olívio Dutra é submetido a angioplastia e se recupera bem

/ PARTIDOS

O ex-governador gaúcho Olívio Dutra (PT) foi submetido a uma angioplastia nesta quarta-feira, na Santa Casa, após constatada a necessidade durante exames de rotinas. Conforme interlocutores do político, ele já apresenta melhoras e deve ir para casa no final de semana.

O procedimento cirúrgico de Olívio contou com a colocação de cinco stents, que são dispositivos médicos em forma de tubo que é inserido em artérias ou vasos sanguíneos para tratar estreitamentos ou obstruções. De acordo com interlocutores, a angioplastia foi realizada o quanto antes para aproveitar a internação para exames.



ANDRESSA PUFAL/ARQUIVO/JC

Olívio colocou cinco stents

Olívio Dutra tem 83 anos e foi governador do Rio Grande do Sul de 1999 a 2002 e prefeito de Porto Alegre de 1989 a 1992.